

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de janeiro de 2020 às 08h18
Seleção de Notícias

Carta Capital Online | BR

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

Privatização do INPI deve encarecer medicamentos, dizem especialistas 3
BRASIL

Correiobraziliense.com.br | BR

Propriedade Intelectual

China assina na próxima semana acordo para baixar tensão comercial com EUA 6
MUNDO

Agência O Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Com crescimento de franquias, marcas apostam em novos modelos de negócios 7

Privatização do INPI deve encarecer medicamentos, dizem especialistas

Proposta é criticada por empresários da indústria farmacêutica nacional; associação que representa as multinacionais não se opõe à proposta
Por Diego Junqueira, da Repórter Brasil

"Insana", "insensata" e "preocupante". É assim que empresários brasileiros da indústria farmacêutica e especialistas em acesso a medicamentos avaliam a proposta de privatização do **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), atualmente em estudo pelo Ministério da Economia. Para eles, a medida vai prejudicar a indústria nacional e favorecer as multinacionais, responsáveis por 80% dos pedidos de patente no Brasil. Especialistas alertam que, se a proposta for implementada, novos remédios ficarão mais caros.

O **INPI** é o órgão do governo federal responsável por avaliar pedidos de marcas, patentes, programas de computador, entre outros, incluindo novos medicamentos. Ao receber uma patente, uma empresa ganha o monopólio de venda do produto - e acaba cobrando mais por não haver concorrentes no mercado.

O Ministério da Economia, contudo, avalia extinguir o **INPI** e criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento e Propriedade Industrial, que seria incorporada ao Sistema S, conjunto de organizações como Sesc, Sesi e Senai, cujas gestões são privadas. A mudança, que deve ser feita por meio de medida provisória, vem recebendo críticas por abrir brecha para lobby do setor privado, além da possível aprovação de patentes indevidas.

"Não existe nenhum escritório de propriedade industrial do mundo que não esteja inserido dentro da estrutura de governo", observa a juíza Márcia Nunes de Barros, titular da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, especializada em matéria previdenciária e propriedade intelectual.

Lobby da indústria

A saúde será uma das áreas mais afetadas pela mudança porque as patentes farmacêuticas afetam diretamente o preço dos remédios. O efeito é imediato no orçamento público, pois o maior comprador de medicamentos do país é o Ministério da Saúde, com gastos de cerca de R\$ 19 bilhões por ano.

"Essa proposta transfere para o setor privado uma responsabilidade do Estado. Há um evidente conflito de interesse", afirma Jorge Bermudez, chefe do Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica da Fiocruz. "Por esse modelo [privado], aumentam as chances de serem concedidas patentes indevidas", diz Reinaldo Guimarães, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Outro problema de vincular a análise de patentes farmacêuticas a uma entidade privada é enfraquecer a isenção e a imparcialidade dos examinadores, que ficariam sujeitos ao lobby das empresas, analisam pesquisadores. "Com um **INPI** fragilizado e que não seja público, ele não terá força para regular o setor privado. Não vai ser o setor privado que vai regular o setor privado", avalia Pedro Villardi, coordenador do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual, que avalia o impacto das patentes na saúde pública.

Quando uma patente de medicamento é concedida, a empresa ganha exclusividade de 20 anos para vender o produto no mercado. No caso do Brasil, a Lei de Patentes permite que o tempo de monopólio seja acima de duas décadas, o padrão internacional. Isso acontece quando o **INPI** leva mais de 10 anos para confirmar uma patente - no setor farmacêutico, o tempo médio é de 13 anos.

Proposta divide indústria

Continuação: Privatização do INPI deve encarecer medicamentos, dizem especialistas

Segundo documento interno do Ministério da Economia, a proposta busca maior eficiência do **INPI** e o "enxugamento da máquina pública federal". O instituto, no entanto, opera no azul. A previsão orçamentária para 2020 é de R\$ 513 milhões em receitas e R\$ 333 milhões em despesas - saldo positivo de R\$ 180 milhões.

"Esse argumento [do governo] não se sustenta. Se querem eficiência, as receitas do **INPI** deveriam permanecer no órgão, e não serem direcionadas ao Tesouro, como ocorre hoje em dia", afirma Guimarães, da UFRJ. Procurado, o **INPI** não quis comentar. O Ministério da Economia não respondeu aos questionamentos enviados pela reportagem e optou por não se manifestar.

O presidente do **INPI**, Cláudio Furtado, negou que o órgão será extinto, mas deixou aberta a possibilidade de sair da estrutura do governo. "O **INPI** pode, sim, deixar de ser uma autarquia [federal], mas com o objetivo de tornar-se um escritório de padrão mundial", afirmou em encontro realizado em dezembro no Iate Clube do Rio de Janeiro.

Representantes da indústria nacional procurados pela Repórter Brasil se mostraram preocupados com a medida em estudo pelo ministério. "O **INPI** tem hoje autonomia como uma agência reguladora, e por isso toma decisões independentes. Fragilizar o órgão de propriedade intelectual vai causar insegurança jurídica", afirma Sérgio Frangioni, sócio da Blanver e presidente da Abifina, associação que reúne as maiores farmacêuticas do país.

O dono do laboratório brasileiro recordista em patentes, Ogari Pacheco, do Cristália, avalia a proposta como "insana". "É mais seguro da forma como é hoje, ligado a um órgão público", diz.

Já a **Interfarma**, associação que representa no Brasil as empresas estrangeiras, evitou comentar a retirada do **INPI** do governo federal. A entidade defende "estrutura robusta, com transparência e eficiência, para a emissão de patentes", mas não respondeu se isso ocorreria sob gestão privada. "É preciso que haja uma proposta formalizada ou anunciada pelo governo para que o setor produtivo e inovador possa manifestar suas contribuições", diz a nota enviada à Repórter Brasil.

Plano de ataque

A proposta de privatizar o **INPI** ocorre poucos meses após o órgão colocar em vigor um plano para reduzir drasticamente a fila de pedidos de patente - que hoje conta com 155 mil solicitações à espera de análise, para um total de 320 examinadores (484 pedidos por servidor). "Com o plano, passamos a fazer um exame mais precarizado", disse um examinador do **INPI** à Repórter Brasil, na condição de anonimato. Ele afirma que a produtividade do órgão aumentou porque a nova gestão exige que o servidor faça mais análises de patente para que seu salário se mantenha o mesmo.

O advogado **Luiz** Edgard Montauray Pimenta, presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**), reconhece que a qualidade do exame caiu com o plano do governo. Mas ele vê vantagens em um trabalho mais rápido do **INPI**. "Pior é levar 13 anos para conceder uma patente farmacêutica e ampliar o tempo de monopólio. Quem se sentir prejudicado [por uma patente mal concedida] pode pedir a anulação", opina.

Especialistas em acesso a medicamentos discordam e dizem que a saída para os problemas do **INPI** não passa pela precarização do órgão ou do trabalho dos ser-

Continuação: Privatização do INPI deve encarecer medicamentos, dizem especialistas

vidores. "Quanto pior o exame de um pedido, mais patentes são concedidas. E quanto mais medicamentos são patenteados, mais caros eles são", diz Villardi. "O que deixa remédio mais barato é concorrência", resume Bermudez, ressaltando que o

preço de outros produtos também serão afetados pela possível privatização do **INPI**, como os agrotóxicos.

China assina na próxima semana acordo para baixar tensão comercial com EUA

MUNDO



Na semana passada, o presidente americano, Donald Trump, anunciou a assinatura do mini-acordo em 15 de janeiro (foto: Jim Watson / AFP) A **China** anunciou nesta quinta-feira (9/1) que o **vice-presidente** Liu He viajará a Washington na próxima semana para **assinar a primeira** fase de um acordo com os Estados Unidos para reduzir as **tensões** comerciais entre as duas **maiores** economias do mundo. A assinatura é o resultado de quase dois anos de tensões que ameaçaram a economia mundial pela aplicação mútua de tarifas de bilhões de dólares sobre o comércio bilateral. Principal negociador chinês na disputa comercial, Liu He estará em Washington entre segunda e quarta-feiras para assinar este acordo, conhecido como "phase one" ("fase um"), ou mini-acordo, informou o Ministério do Comércio. Este é o primeiro passo para um pacto comercial mais ambicioso entre as duas potências. Na semana passada, o presidente americano, Donald Trump, anunciou a assinatura do mini-acordo em 15 de janeiro, mas a China ainda não havia confirmado a viagem de seu negociador. "A convite dos Estados Unidos, Liu He vai liderar a delegação em Washington, de 13 a 15 de janeiro, para assinar o acordo da primeira fase", disse o porta-voz do Ministério do Comércio, Gao Feng, em entrevista coletiva. "Ambas as partes estão em estreita comunicação sobre o acordo detalhado", disse Gao, sem dar mais detalhes. De acordo com au-

toridades em Washington e Pequim, o acordo inclui medidas relativas à proteção da **propriedade** intelectual, a alimentos e produtos agrícolas, a serviços financeiros e câmbio, bem como um dispositivo para a resolução de controvérsias. Trump também cancelou seus planos de impor tarifas sobre US\$ 160 bilhões em produtos chineses em dezembro, incluindo bens como telefones celulares. Washington mantém, contudo, tarifas de US\$ 250 bilhões sobre produtos chineses, como máquinas e dispositivos eletrônicos. Segundo Robert Lighthizer, representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), a China prometeu comprar US\$ 200 bilhões em produtos americanos nos próximos dois anos, principalmente agrícolas, energéticos, ou serviços. O porta-voz Gao Feng se recusou, porém, a confirmar esse número na coletiva de imprensa desta quinta-feira. Na semana passada, Donald Trump anunciou que, "mais tarde", viajará a Pequim para negociar um acordo mais amplo, embora, segundo Gao, no momento "não haja informações sobre a fase dois" das negociações. Analistas apontam que essa guerra comercial, com ramificações em outras economias do planeta, pode causar a separação entre a economia chinesa e a dos Estados Unidos. A trégua comercial é uma boa notícia para o presidente chinês, Xi Jinping, que tem de enfrentar o freio na economia do gigante asiático, bem como protestos pró-democracia em Hong Kong.

Com crescimento de franquias, marcas apostam em novos modelos de negócios

Negócio /

O franchising brasileiro se fortalece cada dia e se faz presente no mercado do varejo, no segundo trimestre de 2019, o setor obteve um crescimento de 5,9%, comparando ao ano de 2018, com um movimento anual de 116 bilhões de reais, segundo dados ABF.

De acordo com a agência internacional de pesquisa de mercado, o setor de alimentos e bebidas saudáveis teve um crescimento de em média 12,3% ao ano e em 2019, e possui previsão de crescimento de mais de 50%, movimentando R\$ 110 milhões, além disso segundo a pesquisa realizada pela Euromonitor o Brasil está atualmente no ranking 4º colocado em consumo de alimentos saudáveis no ranking global e movimentando US\$ 35 bilhões por ano.

Atenta às demandas e as novidades do mercado, diversas marcas estão aproveitando para trazer suas novas ideias e modelos de negócio como a empresa EdenCoco, situada na cidade de Valinhos, São Paulo.

A EdenCoco

A EdenCoco chegou no mercado em 2019 com a grande inovação nos quesitos de qualidade da fruta, com o lançamento do coco verde in natura, que abre como uma latinha de alumínio, uma fruta 100% natural, sem conservantes químicos e com seu sistema de abertura preciso, que permite o manejo do fruto em sua embalagem natural.

Esse ano a companhia acaba de anunciar sua expansão com o lançamento do seu novo modelo de negócio, a franquia de carrinho 100% elétrico que permite a venda do seu produto em qualquer lugar. A empresa apresentará seu novo modelo de negócio durante a Feira Franchise4U em São Paulo, que acontece nos dias 29 e 30 de janeiro no Hotel Unique das 9h00 às 21h00.

A Franquia

O novo modelo de negócio da EdenCoco é o carrinho EdenCoco, que possui uma tecnologia 100% brasileira da empresa SmartMoov, tendo capacidade de armazenamento de 450 cocos. O carro elétrico tem autonomia de até 8 horas de funcionamento, oferecendo aos clientes a água de coco geladina.

O quesito segurança também foi planejado: o carrinho possui rastreamento via GPS, permitindo ao franqueado saber onde ele se encontra em tempo real.

"O objetivo da franquia é contribuir para um mundo mais sustentável e saudável, trazendo para as pessoas o melhor do coco e seus benefícios, sem prejudicar o meio ambiente" André Cardella, Diretor da EdenCoco.

Tendência Sustentável

A Franquia EdenCoco é uma solução 100% sustentável, por ser um veículo elétrico, o carrinho não precisa de combustíveis fósseis para funcionar, por converter a eletricidade em energia para se locomover, com isso, o mesmo acaba se tornando uma solução zero emissora de poluentes.

Desde o início, a empresa segue a ideia de consumir o coco verde sem agredir o meio ambiente e agora com a franquia a empresa afirma que não será diferente.

"A empresa nasceu com essa pegada sustentável, hoje a empresa é uma organização engajada em transformar o mundo mais saudável e sustentável, e tenho certeza que as novidades não vão parar por aqui!" -- Isabella Gonzaga, responsável pelo setor de comunicação e marketing.

Raio X da Franquia

Continuação: Com crescimento de franquias, marcas apostam em novos modelos de negócios

Tecnologia: 100% brasileira

Capacidade: 450 cocos

Refrigerador: Inox

Patentes: **Inpi** (brasil) e ipc (internacional)

Energia: Limpa e ecológica

Versões: 100% elétrico

Autonomia energética: Até 8 horas

Mobilidade: Urbana

Operação: Simplificada

Funcionamento: Espaços internos e externos

Investimento: a partir de R\$96.400 mil

Prazo de retorno: de 18 a 24 meses

"O segmento de franquias de alimentação do Brasil é o mais pujante do universo da franchising nacional. O crescimento do último ano foi de 6,9% e movimentou 116 bilhões de reais (dados ABF), por isso, acreditamos que a opção de carrinho elétrico Eden-Coco irá preencher uma grande lacuna nesse mercado e com certeza será uma oportunidade de baixo investimento e boa lucratividade, além da facilidade de operação", esclarece o responsável pela expansão da franquia -- Luiz Cury (profissional com mais de 35 de experiência no mercado de varejo e franquias).

Website: <https://www.edencoco.com.br/>

Índice remissivo de assuntos

ABPI

3

ABPI | Luiz Edgard Montaury Pimenta

3

Marco regulatório | INPI

3, 7

Patentes

3

Propriedade Intelectual

6